

AS "MULHERES DE CONFORTO" DA GUERRA DO PACÍFICO

THE "COMFORT WOMEN" OF THE PACIFIC WAR

JULIA YURI OKAMOTO
Universidade de São Paulo
E-mail: ju.yuri@gmail.com

Resumo: Durante a Guerra do Pacífico, entre 80 e 200 mil mulheres foram mobilizadas pelo Exército Imperial Japonês para servir sexualmente seus soldados, em um dos maiores casos de tráfico humano do mundo. A maioria das vítimas, eufemisticamente conhecidas como "mulheres de conforto", provinha da Coreia, colônia do Japão à época, e era atraída por falsas promessas de emprego ou simplesmente sequestrada pelas tropas japonesas. Levadas para bordéis militares ao longo do Pacífico, elas eram submetidas à violação repetida e ao espancamento. Algumas tão jovens quanto à idade de 12 eram forçadas a ter relações com os soldados japoneses, 10, 30, 50 vezes ao dia. As poucas mulheres que sobreviveram e puderam voltar para casa no final da guerra continuaram a sofrer por seus passados, através do trauma psicológico e do ostracismo social, de modo que se mantiveram em silêncio sobre sua experiência por causa do medo e da vergonha. Essas mulheres gostariam de viver em paz, de serem esposas, mães, irmãs, avós... Mas a todas foi negada essa escolha. Nenhuma recebeu qualquer tipo de reparação oficial do governo japonês, que continua a escapar às suas responsabilidades legais e morais quanto ao crime de guerra. Sessenta e oito anos depois, elas ainda estão à espera de justiça.

Palavras-Chave: Mulheres de Conforto; Escravidão Sexual; Crime de Guerra, Coreia, Japão.

Abstract: *During the pacific war, about 80 to 200 thousand women were mobilized by the Japanese imperial army to sexually serve its soldiers, in one of world's largest cases of human trafficking. Most of the victims, euphemistically known as "comfort women", came from Korea, Japan's colony at the time, and was attracted by false promises of employment or simply kidnapped by Japanese troops. Taken to military brothels throughout the pacific, they were subjected to repeated rape and beatings. Some of them, as young as age 12, were daily forced to have sex with Japanese soldiers, 10, 30, 50 times a day. The few women who survived and were able to return home at the end of the war continued to suffer for their past, through psychological trauma and social ostracism. They remained silent about their experience because of fear and shame. These women would have like to live in peace, being wives, mothers, sisters, grandmothers ... but this choice was denied to all. None received any compensation from the Japanese government official, who continues to evade its legal and moral responsibilities regarding war crime. Sixty-eight years later, they are still waiting for justice.*

Key-words: *Comfort Women, Sexual Slavery, War Crimes, Korea, Japan*

Introdução

Em outubro do presente ano, pelo terceiro ano consecutivo, a Coreia do Sul expressou sua condenação ao Japão por forçar dezenas de milhares de mulheres - referidas como "mulheres de conforto"¹ - em escravidão sexual durante a Guerra do Pacífico (1932-1945) no seio do Painel de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). Apoiada por países como os Estados Unidos e o Canadá, além do Parlamento Europeu, Taiwan e oito conselhos municipais japoneses, a Coreia do Sul exige que o Japão admita a responsabilidade legal pela escravidão sexual durante a guerra, identifique e puna seus responsáveis, compense as vítimas, formule um pedido escrito de desculpas às sobreviventes e ensine a seus estudantes este capítulo escondido na história japonesa.

Diante desta questão, pode-se sugerir que a problemática das "mulheres de conforto" transcende o campo da "prostituição militarizada" para a de "escravidão sexual" baseada em gênero, classe, etnia e Estado, visto que o trabalho sexual forçado foi infligido principalmente sobre as jovens do sexo feminino das classes baixas da Coreia colonial pelo Japão imperial e, em menor escala, sobre mulheres japonesas e de outros territórios asiáticos ocupados durante a guerra. Historiadores estimam que entre 80 mil a 200 mil mulheres foram forçadas a servir como escravas sexuais para as tropas imperiais japonesas, 80% das quais eram de origem coreana.

É importante notar, em primeiro lugar, que a maior parte das "mulheres de conforto" coreanas (*wianbu* em coreano, *ianfu* em japonês) foi sistematicamente e, muitas vezes, coercitivamente recrutada pelas forças japonesas sob a bandeira do *Jeongsindae* (Corpo de Serviço Laboral Voluntário). Não havia, então, prostitutas que acompanhavam os acampamentos, como a frase eufemística "mulheres de conforto" pode sugerir. Um segundo aspecto a ser ressaltado leva em consideração que, em vista do fato de que a escravidão sexual foi licenciada e ativamente regulada pelo Governo Imperial do Japão, a provisão de "mulheres de conforto" para os militares pode ser vista como uma instância de controle do Estado e, por este motivo, a responsabilidade legal do caso recai primariamente sobre o governo japonês.

¹ Neste artigo, a expressão eufemística "mulheres de conforto" é utilizada para seguir o uso convencional, mas as aspas em torno desses termos são mantidas ao longo do texto a fim de sublinhar a natureza oculta da escravidão sexual.

Ante às complexas questões envolvidas, o presente artigo tem por objetivo aprofundar a compreensão acerca do problema das "mulheres de conforto", sendo, para isso, dividido em duas partes principais. A primeira parte dedica-se à análise histórica do caso, abrangendo a origem do sistema de escravidão sexual, as formas de recrutamento de mulheres e o tratamento conferido a elas pelo Governo Imperial japonês. A segunda parte concentra-se na atual evolução e no impacto do movimento das "mulheres de conforto" coreanas na busca por reparação, em se explicitando as posições do governo sul-coreano e japonês. O artigo foca-se no caso da Coreia tendo em vista que as jovens coreanas constituíram a grande maioria das mulheres violadas e porque os esforços das ativistas e ex-"mulheres de conforto" da Coreia do Sul foram essenciais para trazer esta questão à atenção da comunidade internacional. Ainda, uma perspectiva analítica que considera as interseções de gênero, classe, etnia e cultura sexual, bem como o papel do Estado ante a questão irá fornecer a chave para a compreensão não apenas do fenômeno das "mulheres de conforto" em si, mas também dos desdobramentos do recente debate público sobre o tema e os processos domésticos e internacionais envolvidos para resolvê-lo.

Breve contextualização histórica sobre as "estações de conforto"

Entre 1932 e 1945, o Japão envolveu-se em uma guerra imperial com os Estados Unidos e diversos países asiáticos, comumente referida como Guerra do Pacífico. Durante este período, à medida que expandiu sua presença militar na Ásia, o Japão mobilizou um grande número de mulheres para bordéis militares a fim de satisfazer as necessidades sexuais dos seus soldados e, assim, instituiu as chamadas "estações de conforto" em diversos países, onde quer que suas tropas se estacionassem. O número exato de mulheres mobilizadas para esses bordéis é atualmente desconhecido, dado que o governo japonês queimou importantes escrituras históricas; porém, tendo por base alguns documentos que indicam a proporção de soldados japoneses às "mulheres de conforto", os historiadores estimam que esse número varia entre 80 mil a 200 mil mulheres, sendo que menos de 30% destas sobreviveram. A mobilização incluiu principalmente moças da Coreia colonial, e, em menor escala, mulheres japonesas e de outros territórios ocupados, tais como Filipinas, Taiwan, Cingapura, Indonésia, Birmânia, Tailândia e Vietnã.

A utilização de "mulheres de conforto" coreanas, especificamente, teve início após o período de 1937-1938, quando da invasão da China pelo exército japonês durante a Segunda Guerra

Sino-Japonesa. Neste contexto, a então capital chinesa, Nanjing, foi palco de numerosas atrocidades, tais como saques, incêndios criminosos, execuções em massa tanto de prisioneiros de guerra quanto de civis, e, no que ficou conhecido como o "Estupro de Nanjing", um número estimado de 20 mil a 80 mil mulheres chinesas, incluindo grávidas, jovens e idosas, foram estupradas e assassinadas pelas tropas imperiais japonesas.

Observa-se que, naquela época, o exército japonês tinha à sua disposição "mulheres de conforto" do Japão (*karayuki-san*), mas estas eram principalmente ex-prostitutas e mulheres que trabalhavam em serviços de entretenimento, algumas das quais possuíam doenças venéreas. A fim de combater a propagação de doenças e prevenir crimes sexuais por soldados contra as mulheres dos territórios ocupados, a liderança militar sugeriu que o governo recrutasse jovens mulheres solteiras das colônias (presumidas virgens e, portanto, livres de doenças sexualmente transmissíveis) como "mulheres de conforto" para o exército japonês. Uma vez que a Coreia encontrava-se sob o domínio colonial do Japão entre 1910 e 1945, o Governo japonês optou por usar as jovens coreanas como "mulheres de conforto".

Observa-se que, do ponto de vista do Japão, a Coreia era o lugar mais lógico para se recrutar "mulheres de conforto", pois, enquanto às mulheres japonesas foi dada a tarefa de se casarem jovens e de gerarem muitos filhos para cumprir a "missão nacional da maternidade", o povo coreano era visto como uma raça inferior e suas mulheres mais adequadas para a exploração sexual. O emprego de coreanas como escravas sexuais, então, pouco chocou a consciência da população japonesa. Outro motivo a ser apontado foi a suposição por parte do governo japonês de que tal escolha não poderia ser interpretada como uma violação das leis internacionais que proíbem a venda de mulheres para a prostituição. Ainda que tenha ratificado a Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças em 1921, o Japão exerceu sua prerrogativa, conforme os termos do artigo 11, para declarar que nenhuma de suas colônias (Coreia do Sul e Taiwan) seria incluída no âmbito da convenção. Um terceiro motivo baseia-se na conveniência de elaboração e transporte de jovens coreanas para os bordéis militares estabelecidos em outros países.

As "mulheres de conforto" foram obtidas através do rapto, de falsas promessas de emprego ou mesmo através da coerção. Observa-se que os meios coercitivos foram mais eficazes contra as mulheres coreanas do que contra outras mulheres asiáticas, dada a posição dos coreanos como súditos coloniais quase completamente governados por autoridades e policiais militares

japoneses. Promessas de emprego também trabalharam efetivamente porque a política econômica colonial japonesa havia devastado a agricultura coreana, de modo que muitas jovens de famílias pobres estavam prontas a sair de casa para trabalhos significativos em um país estrangeiro. Para melhor compreender a vitimização das jovens coreanas como “mulheres de conforto”, portanto, é necessária uma análise minuciosa da intersecção entre o poder colonial, o gênero e a classe na Coreia durante o período de ocupação japonesa.

Jeongsindae - Corpo de Serviço Laboral "Voluntário"

Durante o período de dominação colonial da Coreia (1910-1945), o Japão apropriou-se e distribuiu a seus cidadãos uma vasta quantidade de terras pertencente à Dinastia Joseon e a particulares, forçando o deslocamento de milhares de agricultores coreanos. Na última etapa da colonização, entre 1937 e 1945, o governo japonês utilizou-se da Coreia principalmente como fornecedora de alimentos, minerais e materiais de guerra. Além disso, aplicou uma política assimilacionista, substituindo o idioma, os nomes, a religião e a história coreana com versões japonesas. O estabelecimento das bases legais para a criação de uma nova identidade da Coreia colonial, então, facilitou a mobilização sistemática dos coreanos de ambos os sexos para o esforço de guerra. Diversos trabalhadores coreanos e militares conscritos foram recrutados como membros do *Jeongsindae* (Corpo de Serviço Laboral Voluntário) e enviados coletivamente para o Japão e para outros países da Ásia e do Pacífico² a fim de preencher o vácuo de mão de obra criado pela expansão das forças militares e da indústria de guerra japonesa.

Com a Guerra Sino-Japonesa encaminhando para a Guerra do Pacífico, em 1941, a elaboração da força de trabalho das colônias tornou-se ainda mais organizada e obrigatória. Quase 6 milhões de coreanos foram convocados como soldados e/ou trabalhadores forçados em toda a guerra, o que representou aproximadamente 20% da população da Coreia. Eles eram submetidos a tratamento cruel por parte dos supervisores japoneses, resultando em muitas baixas devido à desnutrição, excesso de trabalho, acidentes ou exposição a bombardeios pelas forças aliadas. A elaboração das mulheres como força de trabalho de guerra, por sua vez, foi oficialmente iniciada em 1942 e realizada com base na participação "voluntária" no *Yoja Jeongsindae* (Corpo de Serviço Laboral Voluntário da Mulher). Embora algumas mulheres

² Observa-se que a existência de comunidades coreanas consideráveis na China, na antiga União Soviética e no Japão é um legado vivo do domínio colonial japonês.

tenham se oferecido para trabalhar em fábricas de peças de aeronaves e de navios de guerra ou em hospitais, muitas eram recrutadas com falsas promessas de boa remuneração pelo seu trabalho nessas instalações e, em seguida, enviadas para as "estações de conforto" militares. Outras mulheres foram coagidas a aderir ao Corpo de Serviço Laboral, e ainda outras foram simplesmente sequestradas.

Como observado anteriormente, a política econômica de apropriação de terras da Coreia pelo Governo Imperial japonês na década de 1910 havia resultado em um aumento no número de inquilinos sem-terra na área rural e de grupos migrantes desempregados nas cidades, de modo que havia muitas jovens trabalhando como empregadas domésticas ou que foram adotadas porque suas próprias famílias não podiam alimentá-las, tornando-se, dessa forma, vulneráveis à mobilização para bordéis militares através de falsas promessas de emprego. No caso do rapto, a polícia japonesa alvejava jovens de famílias de agricultores pobres, que eram impotentes e indefesas, para minimizar a crítica pública e para que não houvesse nenhuma condenação potencial de suas formas forçosas e enganosas. As meninas de famílias economicamente mais abastadas de proprietários rurais e profissionais urbanos eram geralmente capazes de escapar da mobilização laboral e, assim, do "sistema de conforto".

Levadas aos bordéis militares, as jovens eram confinadas em barracas imundas, divididas em pequenos cubículos de aproximadamente 1,85m², e forçadas a ter relações sexuais com soldados japoneses, geralmente entre 10 a 30 vezes por dia, mas havendo casos de 50 a 60 vezes por dia. Além disso, eram submetidas por eles a tratamentos extremamente brutais e degradantes, que envolviam tortura, espancamento, queimaduras de cigarro, ou mesmo esfaqueamento. Caso tentassem fugir das estações, elas eram perseguidas sob a ameaça de tiros. Algumas mulheres morreram de doenças venéreas, enquanto outras mulheres se suicidaram e diversas foram assassinadas. Em seu depoimento, o ex-sargento japonês Yoshio Suzuki reconheceu que na guerra, muitos dos soldados estavam em estado "dormente", no sentido de que eles não tinham sentimentos em relação a qualquer coisa e poderiam cometer atos de brutalidade sem ter qualquer sentimento de remorso.

Testemunhos de vítimas sobreviventes revelam, ainda, que soldados japoneses abandonaram as "mulheres de conforto", chegando, em alguns casos, a matá-las, quando o Japão foi derrotado em 1945 na Segunda Guerra Mundial. Uma ex-"mulher de conforto" descreveu sua experiência da seguinte forma:

Eu vi tantas mortes, tanta doença. Meninas chegavam, ficavam doentes e grávidas. Os japoneses nos injetavam muitas drogas como a "606" para termos abortos. Às vezes, nossos corpos se inchavam como balões, mas os soldados japoneses não se importavam. Eles se alinhavam por sexo dia após dia. Eles não se importavam se as meninas estavam sangrando. Eles ainda as forçavam ao sexo.

Observa-se que o uso de preservativos era altamente recomendado pelas autoridades oficiais, mas sua quantidade restrita e muitas "mulheres de conforto" se viam na humilhante tarefa de lavar e reciclar os preservativos usados para evitar a contaminação por doenças sexualmente transmissíveis. Um exame médico periódico era feito a fim de se averiguar seu estado de saúde e elas eram constantemente submetidas a injeções e procedimentos abortivos; outras enfermidades, como, por exemplo, infecções uretrais, entretanto, eram precariamente tratadas.

Ao contrário das "mulheres de conforto" japonesas, que, dado seu antecedente como prostitutas, eram mais velhas e mais bem preparadas para o serviço nos bordéis militares, além de geralmente servirem oficiais e serem pagas por seus serviços, as "mulheres de conforto" coreanas eram virgens solteiras no início de sua adolescência - mesmo meninas estudantes, com idades entre 12 e 14 anos, foram utilizadas como escravas sexuais. O depoimento abaixo, de um ex-soldado, reforça a natureza deprimente do "sistema de conforto":

Um caminhão militar veio em nossa direção, levantando poeira amarela sobre a planície norte da China. A bordo estavam mulheres usando lenços coloridos - vermelho, amarelo, azul. Pareciam-nos como anjos descidos do céu. A tropa ficou muito animada, depois de estar separada de mulheres por tantos meses. Sexo lá era lamentável. Havia uma fila de edifícios do tipo quartel e ao entrar em um havia apenas um colchão. Estava nojento depois de ter absorvido o suor e graxa de milhares de homens. Uma noite eu escapuli para a "estação de conforto". Depois de conversar por um tempo com o proprietário, eu paguei a taxa para a noite e entrei no quarto de uma mulher. Ela era pequena, maltrapilha e tratou o negócio bastante mecanicamente, como se fosse enfadonho. Não havia charme, não era diferente de aliviar-se no banheiro. Ela aparentava ter apenas dezoito ou dezenove anos e não havia nada de erótico em seus membros frágeis, que não

pareciam totalmente desenvolvidos e transmitiam uma impressão patética. Durante a ação, ela não fez nenhum som e não mostrou nenhuma agitação. Nem sequer respirou mais forte. Foi insatisfatório e lamentável.

O silêncio de 50 anos na patriarcal sociedade coreana

A vitimização de muitas mulheres coreanas como escravas sexuais não está somente relacionada com o tratamento desumano ao qual foram submetidas dentro dos bordéis militares, mas também com o fato de que, embora muitas tenham sobrevivido e retornado à Coreia após a guerra, como é exemplificado na Figura 1, elas se viram obrigadas a manter ao longo de suas vidas a vergonha e a humilhação pelo abuso que sofreram. Ainda que a falta de provas documentais possa ser mencionada para explicar o longo silêncio sobre a questão da escravidão sexual, concebe-se como fator importante no cerne da relutância das "mulheres de conforto" sobreviventes em revelar o seu passado o legado cultural de uma sociedade que tem mantido padrões de moral e comportamento sexual diferente para homens e mulheres. Na patriarcal sociedade coreana, a cultura sexual tolerada, se não incentiva a liberdade sexual para os homens, mantém um rígido controle sobre a sexualidade feminina, defendendo padrões de virgindade e castidade. Independentemente das circunstâncias individuais, as mulheres que perderam sua castidade são consideradas maculadas e tornam-se susceptíveis de serem condenadas ao ostracismo até mesmo por suas próprias famílias.



Figura1: "Mulheres de conforto" coreanas que sobreviveram e foram protegidas em Lameng, Yunnan; setembro de 1945. Fonte: Arquivos nacionais dos EUA.

Nesse contexto cultural, muitas mulheres se suicidaram para evitar o estupro ou após serem estupradas durante as duas invasões japonesas na Coreia durante a dinastia Joseon no final do século XVI e suas mortes foram reconhecidas como ações honrosas de mulheres virtuosas (*yollyo*). Tal mentalidade manteve-se arraigada na sociedade coreana e, a exemplo disto, nos últimos anos jovens criminosos do sexo masculino na Coreia do Sul aproveitam-se desta visão tradicional para estuprar mulheres na frente dos membros de suas famílias, a fim de se assegurarem de que o roubo não seja relatado à polícia³.

Na moralidade da família patriarcal coreana, então, é compreensível que as sobreviventes da escravidão sexual durante a Guerra do Pacífico queiram esconder e esquecer as suas trágicas vidas passadas como "mulheres de conforto". Embora algumas tenham passado menos de cinco meses dentro das "estações de conforto", tiveram que manter suas histórias humilhantes

³ A mídia refere-se às estes assaltantes estupradores como criminosos "destruidores de famílias" (*kajong p'agoe-bom*) devido ao impacto de ruptura de seus atos sob a viabilidade da família, dado que a mulher estuprada passa a ser vista como suja aos olhos de seu marido, aos dela mesma, e aos de seus familiares.

em segredo por mais de cinquenta anos, como mostra o relato de Lee Young-Ok, uma sobrevivente de 73 anos de idade:

Naquele tempo, a castidade de uma mulher era considerada mais importante do que sua vida. Como eu poderia dizer às pessoas que fui estuprada diariamente por muitos soldados? Teria sido uma grande humilhação para os meus pais. Muitas vezes me arrependi de ter voltado para casa viva. Teria sido melhor para mim morrer lá... No entanto, olhando para trás, eu estou com raiva pelo fato de que por causa de costumes tradicionais coreanos eu tive que esconder o meu passado mesmo não tendo feito nada de errado.

Por causa dessa vergonha, as "mulheres de conforto" que voltaram à casa dos pais não puderam contar-lhes o que lhes havia acontecido, e, como eles insistissem em que elas logo arranjassem um casamento, não puderam ficar na casa por muito tempo. Muitas, então, permaneceram solteiras, divorciaram-se (em razão de serem inférteis, portadoras de doença venérea ou pelo conhecimento, por parte de seus maridos, de seus passados) ou viúvas após casar-se com um homem muito mais velho.

Além disso, uma vez que a orientação sexual tradicional na Coreia naquela época tornou as mulheres totalmente dependentes de seus maridos para apoio financeiro, as ex-"mulheres de conforto" tiveram graves dificuldades para sobreviverem economicamente. Embora trabalhassem arduamente dia e noite, principalmente como empregadas domésticas, garçonetes ou vendedoras informais, dificilmente podiam se sustentar. O relatório a seguir, de Kang Soon-Shim, uma mulher de 68 anos, que foi levada ao bordel na idade de 15, reflete as dificuldades econômicas das vítimas coreanas:

Porque minha mãe me incomodou todos os dias falando sobre me casar, eu saí de casa. Embora eu tenha feito trabalhos ocasionais em fábricas diferentes, eu não poderia sobreviver. Eu fui para a casa do meu irmão, mas ele me chutou para fora, dizendo: "Por que você não se casa com um homem?". Eu tentei cometer suicídio pulando no rio Han, mas um homem que era infértil salvou minha vida. Vivi com ele por 10 anos.

Além disso, todas as vítimas sofreram uma série de problemas de saúde, bem como sintomas psicológicos e psicossomáticos causados por suas experiências de escravidão sexual. Muitas

continuaram a sofrer de doenças venéreas, sendo que algumas tiveram que fazer o procedimento cirúrgico da histerectomia, além de infertilidade, depressão nervosa, dor, dependência alcoólica e medo de homens. Elas regularmente tinham pesadelos em que soldados japoneses estavam perseguindo-as, como relata Phil-gi Moon, falecida em 2008, mas ainda assim tiveram que esconder as suas experiências horríveis:

Toda noite, eu via os soldados em meus sonhos. Chegou ao ponto de eu pedir aos demônios para me levarem, em vez de me atormentarem tanto.

Algumas dessas mulheres cometeram suicídio, e as idosas sobreviventes estavam resignadas a manter um profundo *han* (ressentimento e raiva) para si, até 1991, quando Kim Hak-Sol, uma viúva de 67 anos, deu o primeiro testemunho público como uma "mulher de conforto". A partir de então, ajudadas por movimentos feministas na Coreia do Sul e outros países asiáticos, várias centenas dessas mulheres se apresentaram para testemunhar sobre as suas experiências, quebrando meio século de silêncio. Os movimentos feministas e democráticos em países asiáticos, juntamente com os depoimentos das vítimas, levaram a um movimento de reparação ativa. Embora este movimento tenha permeado vários países asiáticos, ainda sofre com uma série de empecilhos; dentre eles, a posição do governo sul-coreano.

A posição do governo da Coreia do Sul

Quando mulheres ativistas finalmente levantaram a questão do *Jeongsindae*, a resposta inicial do governo sul-coreano foi ignorá-las. A razão aparente para tal atitude foi a falta de provas documentais para iniciar uma acusação formal contra o Japão, além do fato de que o tratado de 1965 de normalização entre os dois países não ter incluído qualquer debate sobre a questão, impedindo o governo coreano de fazer quaisquer pedidos de reparação por danos incorridos durante o período colonial. A forma como o governo sul-coreano tratou as demandas das ativistas sobre a questão das "mulheres de conforto" pode ser entendida, ainda, considerando não só o contexto da cultura patriarcal e do sexismo androcêntrico sul-coreano, mas também por atitudes elitistas tradicionais em lidar com a injustiça social infligida aos indivíduos mais pobres da sociedade.

A falta de poder de classe das “mulheres de conforto” coreanas é também parcialmente responsável pelo sepultamento da questão na Coreia do Sul. Observa-se que na Coreia do pós-guerra, houve muitos relatos de jornais e histórias de revistas sobre a vitimização de mulheres

coreanas em bordéis militares japoneses; no entanto, porque quase todos os pais das vítimas eram desprovidos de recursos em termos de poder, dinheiro ou informação, nada puderam fazer para pressionar o governo a investigar o problema e a encontrar suas filhas.

Além disso, observa-se que as políticas de desenvolvimento econômico do governo sul-coreano desde o início da década de 1960 incluíram a exploração de mulheres jovens não só como trabalhadoras baratas em empresas de manufatura, mas também como profissionais do sexo voltadas ao turismo internacional. Neste sentido, para ganhar moeda estrangeira, o governo tem tolerado não abertamente promovido - a mercantilização do sexo e usado jovens mulheres como *kisaeng* (artistas profissionais do sexo feminino), que se tornaram muito famosas entre os turistas japoneses masculinos. Além disso, a contínua presença de tropas norte-americanas na Coreia do Sul tem inequivocamente contribuído para a criação e manutenção das indústrias do sexo localizadas em torno das bases militares. Percebe-se, então, que a exploração da sexualidade das mulheres como *commodities* prospera sob a economia política do capitalismo transnacional no patriarcado sul-coreano contemporâneo.

O movimento *Jeongsindae* de reparação

A luta das mulheres contra o turismo sexual por empresários japoneses e a prostituição próxima às bases militares norte-americanas levou as líderes feministas coreanas a prestar atenção à questão das "mulheres de conforto". Como a maioria das mulheres foi recrutada sob a bandeira da organização *Jeongsindae*, o termo passou a significar "mulheres de conforto" na mente do público em geral na Coreia e os sul-coreanos hoje geralmente se referem às sobreviventes como *Jeongsindae halmoni* (avós *Jeongsindae*), enquanto o termo de referência oficial é *Ilbonkun wianbu* ("mulheres de conforto" para as tropas japonesas) - assim, também o movimento de reparação que viria a surgir levou o nome *Jeongsindae*.

Observa-se que por mais de quatro décadas após a Guerra do Pacífico, nenhum dos países afetados na Ásia levantou oficialmente as questões relativas ao abuso sexual de suas mulheres pelos militares japoneses durante a guerra. Os únicos julgamentos de crimes de guerra contra a escravidão sexual realizados envolveram um pequeno número de mulheres holandesas⁴ na Indonésia, em 1948; os mesmos julgamentos, entretanto, ignoraram as semelhantes provações sofridas pelas mulheres indonésias. O desdobramento do movimento de reparação

⁴ As mulheres eram provenientes das Índias Orientais Holandesas, colônia fundada pela Companhia Holandesa das Índias Orientais e que abrangia todo o território da atual Indonésia.

Jeongsindae, que começou no final de 1980, sugere que o ativismo político feminista coreano foi essencial para aumentar a consciência pública sobre o problema das "mulheres de conforto militar".

Para tomar uma ação concertada contra o governo japonês, 36 organizações de mulheres coreanas criaram o Conselho Coreano para as Mulheres Elaboradas para Escravidão Sexual pelo Japão (doravante referido como Conselho Coreano) em novembro de 1990. O Conselho Coreano já ajudou mais de 200 vítimas sobreviventes na Coreia do Sul e em outros países asiáticos incentivando-as a dizer a verdade, o que acelerou ainda mais o movimento de reparação para as vítimas. Tais organizações feministas fizeram amplas coalizões com organizações japonesas e de direitos humanos para que o governo japonês reconhecesse o crime cometido por seus antecessores e compensasse as vítimas. Para acelerar a investigação sobre a questão das "mulheres de conforto", o movimento de reparação tem levado à publicação de dezenas de livros e inúmeros artigos enfocando a questão e realizado manifestações semanais em frente à Embaixada japonesa na Coreia do Sul desde fevereiro de 1992, as quais contam com a participação de várias vítimas, como pode ser visto na Figura 2:



Figura 2: Uma das reuniões semanais, demandando ao Japão a reparação do problema das "mulheres de conforto". É realizada toda quarta-feira ao meio-dia, em frente à Embaixada do Japão em Seul, com a presença de vítimas sobreviventes.

No mesmo ano que Kim Hak-sol deu o testemunho de sua vida como "mulher de conforto", um grupo de coreanos, incluindo Kim, sob o patrocínio da Associação das Vítimas da Guerra do Pacífico e de famílias enlutadas, entrou com uma ação contra o governo do Japão por danos sofridos durante a guerra, enquanto outras ex-"mulheres de conforto" iniciaram ações judiciais separadas. Geralmente, as demandas dos queixosos incluiu a admissão da responsabilidade legal sobre o caso, o pedido de desculpas formal, a compensação, a construção de um monumento memorial e a correção de livros de história japoneses para ensinar a verdade sobre as "mulheres de conforto".

A posição do governo do Japão

Uma questão importante no debate público tanto na Coreia do Sul quanto no Japão envolvendo as "mulheres de conforto" tem sido o papel oficial e a responsabilidade do governo do Japão pela questão. O Estado japonês não admitiu envolvimento na gestão e supervisão das "estações de conforto" até meados de 1992, vários meses após a publicação por um professor japonês⁵ da descoberta de documentos oficiais que comprovavam o envolvimento pesado do Estado no "sistema de conforto".

Vendo que nem o governo coreano nem o japonês estavam respondendo positivamente aos esforços para resolver o problema, o Conselho Coreano apresentou uma petição à Comissão de Direitos Humanos das ONU em março de 1992, solicitando que a Comissão investigasse as atrocidades japonesas cometidas contra as mulheres coreanas durante a Segunda Guerra Mundial e ajudasse a pressionar o governo japonês a pagar indenizações individuais às vítimas. Em parte devido aos esforços de *lobby* de ativistas feministas e humanitárias, a Subcomissão das Nações Unidas para a Prevenção da Discriminação e Proteção das Minorias considerou o sistema japonês de "mulheres de conforto militar" crime contra a humanidade que violou os direitos humanos das mulheres asiáticas; porém não foram adotadas resoluções formais para reparação das vítimas.

Mesmo depois de admitir o envolvimento do Estado, o Japão ainda negou até 1993 que coerção fora exercida no recrutamento de "mulheres de conforto" coreanas e negou qualquer possibilidade de compensação material para as sobreviventes. De modo geral, o discurso machista dominante dos funcionários do governo, dos intelectuais e dos formadores de

⁵ Yoshiaki Yoshimi, professor de História Moderna Japonesa na Universidade de Chuo em Tóquio, e membro fundador do Centro de Pesquisa e Documentação sobre a responsabilidade de guerra do Japão.

opinião japoneses parecia considerar o problema das "mulheres de conforto" principalmente como um problema de compensação econômica, dando pouca atenção às violações de direitos humanos dessas mulheres. Alguns ex-soldados no Japão chegaram a racionalizar a atrocidade como parte natural do estado de guerra, e afirmaram que todos tinham sofrido durante o conflito; outros, ainda, apontaram o levantamento da questão por parte da Coreia como uma tentativa de ganhar dinheiro com o passado colonial, ao que os coreanos, humilhados, responderam sugerindo renunciar qualquer exigência de compensação material do Japão e que, como cidadãos, ofereceriam apoio financeiro às sobreviventes.

Outras tentativas fracassadas de reparação

Uma unidade de angariação de fundos a nível nacional começou na Coreia do Sul em 1992, e monges budistas também começaram a levantar dinheiro para ajudar a construir uma casa para as sobreviventes na cidade de Gwangju (*Nanum-I'i chip, House of Sharing*). Entretanto, para a decepção e preocupação dos ativistas e litigantes, o novo presidente, Kim Young Sam, adotou por posição oficial não buscar nenhuma compensação material do Japão para as ex-"mulheres de conforto". Kim parecia acreditar que sua nova política marcaria uma posição de "superioridade moral" para a Coreia do Sul em forjar uma nova relação com o Japão. Por sua vez, o governo sul-coreano desembolsou uma quantia de cinco milhões de won (cerca de US\$6,250) para cada sobrevivente em agosto de 1993, e anunciou que iria pagar uma pensão mensal adicional e, assim, muitos coreanos pareciam sentir que o seu governo tinha tomado os devidos cuidados com o caso.

Tóquio pareceu considerar a posição do presidente Kim como um gesto amigável, e no verão de 1993, após uma sessão de audição direta em Seul com antigas "mulheres de conforto militar", o Japão finalmente reconheceu coação em seu recrutamento e transporte para as "estações de conforto" e admitiu ter violado leis humanitárias internacionais. No entanto, ao ser cobrado pela comunidade internacional por compensação às sobreviventes, o Japão resolveu lidar com a questão em nível não governamental, através da angariação de fundos privados. O *Jeongsidae* rejeitou a proposta, denunciando-a como um plano para contornar a responsabilidade por crimes de guerra e demandou que o governo japonês, o autor do crime, pagasse a compensação.

Em resposta, o Japão estabeleceu o Fundo das Mulheres Asiáticas (*Zaidanhojin Josei no tame no Asia Heiwa Kokumin Kikin*) para compensar antigas "mulheres de conforto". O Fundo tentou pagar a cada vítima na Coreia, Taiwan e Filipinas dois milhões de ienes (cerca de US\$ 20.000) em dinheiro e três milhões de ienes (cerca de US\$ 30.000) para apoio médico e bem-estar da vítima. No entanto, como o fundo dependia principalmente de donativos, sendo que o governo japonês só subsidiava seus custos administrativos - e também não havia emitido um pedido de desculpas formal ou indicado à responsabilidade legal do Japão pelo crime de guerra, o Conselho Coreano e outras organizações de mulheres asiáticas envolvidas no movimento de reparação mostraram-lhe oposição inflexível, denunciando-o como “dinheiro de caridade”. De acordo com uma ex-"mulher de conforto", o estabelecimento do fundo foi uma tentativa de comprar o silêncio das "mulheres de conforto" e acabar com uma publicidade negativa do Estado, não um ato sincero de expiação. Perguntadas sobre o recebimento de dinheiro do Fundo para as Mulheres Asiáticas, diversas ex-"mulheres de conforto" disseram ser importante aceitar a obtenção de dinheiro o mais rápido possível, porque não acham que vão viver por muito mais tempo. Ainda assim, algumas expressaram a forte sensação de que não deveriam receber dinheiro do Fundo. Como Kim Soo-Ja, uma sobrevivente de 70 anos, disse em entrevista:

É mais importante obter um sincero pedido de desculpas do que simplesmente obter uma compensação monetária. Eu não sou mercadoria que pode ser trocada por dinheiro. Mesmo se eles me derem o Japão inteiro, não podem compensar o meu sofrimento ao longo da vida. Eu nunca vou aceitar o dinheiro do Fundo para as Mulheres Asiáticas. O governo japonês deve fazer um pedido de desculpas sincero e me compensar diretamente.

A crescente oposição pública ao Fundo das Mulheres Asiáticas levou à sua dissolução em 2002, sendo que apenas sete mulheres coreanas haviam aceitado seus pagamentos. O trecho acima indica que as vítimas de escravidão sexual responsabilizam o governo japonês pelo seu sofrimento e, portanto, apenas este pode tomar medidas para expiar as brutalidades cometidas contra elas pelo seu antecessor.

Conclusão

A exploração sexual de mulheres tem sido um concomitante comum para as atividades militares de várias nações, de modo que podem ser citados inúmeros casos históricos e atuais

de provisão de mulheres locais por serviços militares coloniais. A questão das "mulheres de conforto" analisada neste artigo, no entanto, destaca-se como um caso sem precedentes dado o fato de que a escravidão sexual feminina foi instituída de forma sistemática e de longo prazo sob a égide do Governo Imperial japonês contra um grande número de súditos coloniais, principalmente de origem coreana e pertencentes a famílias pobres.

Dado que as "mulheres de conforto" eram coercitivamente elaboradas para trabalhar nos bordéis militares, a questão transcende o campo da prostituição para a de escravidão sexual, trazendo consigo a noção de pária social e da pessoa como propriedade. Depoimentos de ex-"mulheres de conforto" revelam que a maioria foi forçada ao trabalho sexual obrigatório, mantida sob virtual prisão domiciliar nas "estações de conforto" e despersonalizada como propriedade comum dos soldados, que as chamavam de seus "sanitários públicos". O texto abrangeu ainda, para além do tratamento brutal que receberam, a atual situação das "mulheres de conforto", que, inseridas em uma sociedade de valores patriarcais, mostram-se relutantes em expor suas vidas passadas. A partir da coragem de algumas delas em partilhar suas tragédias e da determinação de ativistas e organizações ligadas aos direitos humanos, um movimento de reparação ativo às vítimas tem ganhado força ao longo das últimas décadas, cobrando o posicionamento dos governos sul-coreano e japonês.

Observa-se que a disputa sobre a compensação das "mulheres de conforto" tem causado tensas relações bilaterais entre os dois países. Sentimentos etno-nacionalistas deram origem a uma renovada hostilidade mútua e desprezo historicamente enraizados. Diante desta querela, no entanto, nenhum pedido formal de desculpas ou uma indenização satisfatória às vítimas foram feitos até o presente momento. Deve ser ressaltada, ainda, a falta de uma posição mais enfática da comunidade internacional quanto ao caso, transparecido pela falta de execução de sanções relativas à condenação do Japão por seus crimes de guerra pela ONU. Apesar de seus passos lentos, para muitos a questão constitui uma "corrida contra o tempo", visto que é passível, a medida que os anos transcorrem, não haver mais nenhuma ex-"mulher de conforto" remanescente, de modo que a imediata restituição de sua dignidade mostra-se imprescindível.

Independentemente da decisão judicial sobre a compensação para as "mulheres de conforto", a exploração generalizada da sexualidade feminina continuará sem transformações revolucionárias dentro da cultura sexual machista, do sistema político-econômico da indústria transnacional capitalista do sexo, e da diferença de tratamento em termos de rendimento

salarial entre gêneros, resultando na feminização da pobreza. É necessário um trabalho contínuo de ativismo político feminista e humanitário, a fim de se alcançar relações de gênero mais igualitárias e pacíficas em diversas sociedades contemporâneas, e reconhecimento global do conceito dos direitos humanos femininos para reduzir as diversas formas de violência contra as mulheres.

Referências bibliográficas

DOLGOPOL, Ustinia e PARANJAPE, Snehal. (1994), "Comfort Women: an unfinished ordeal. Report of a mission". Geneva, Switzerland: International Commission of Jurists.

HICKS, George. (1997), "The Comfort Women: Japan's brutal regime of enforced prostitution in the Second World War". New York: W.W. Norton & Co.

KELLER, Nora Okja. (1997), "From Comfort Women". Grand Street, No. 60, pp. 178-199.

LADINO, James. (2009), "IANFU: No Comfort Yet for Korean Comfort Women and the Impact of House Resolution 121". Cardozo Journal of Law & Gender, pp. 333-355.

MIN, Pyong Gap. (2003), "Korean "Comfort Women": The Intersection of Colonial Power, Gender, and Class". Gender and Society, Vol.17, No. 6, pp. 938-957.

SOH, Chunghee Sarah. (1996), "The Korean Comfort Women: Movement for redress". Asia Survey, Vol. 36, No. 12, pp. 1226-1240.

YAYORI, Matsui e SHARNOFF, Lora. (1977), "Sexual Slavery in Korea". A Journal of Women Studies, Vol. 2, No. 1, pp. 22-30.

Anexo



Figura. 3: Pintura feita por uma ex-"mulher de conforto" como parte de sua terapia no *House of Sharing*.